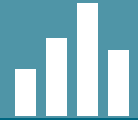




Balanco dos trabalhos do 1º sem/2015



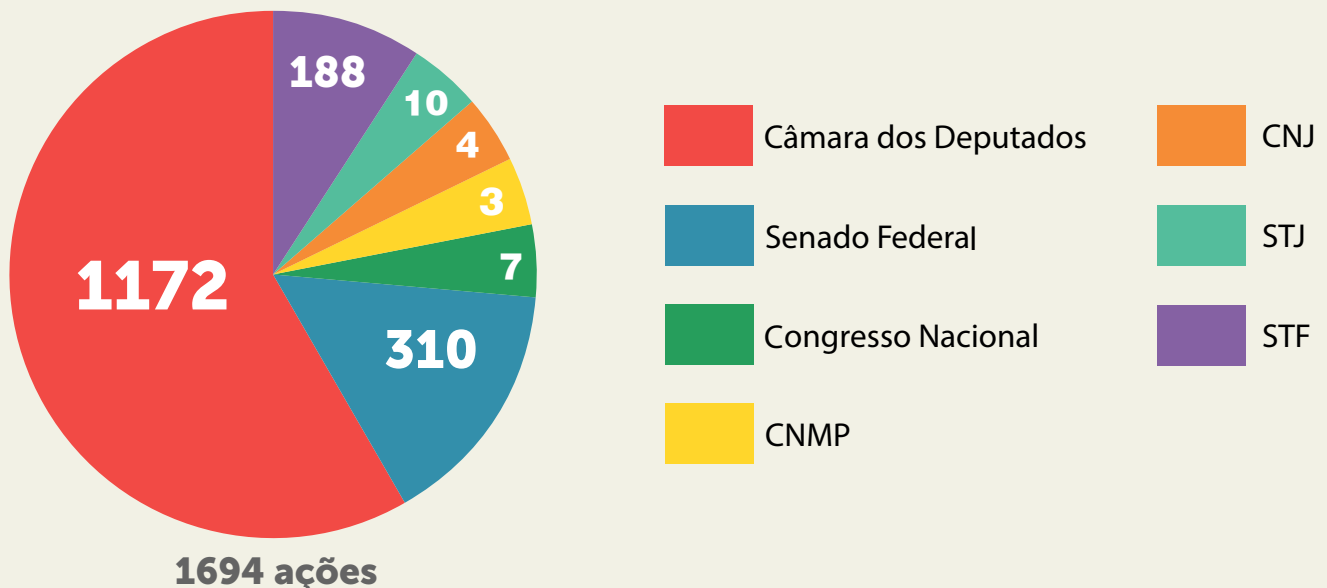
Durante o primeiro semestre de 2015, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) pleiteou em defesa do Ministério Público, instituição essencial a democracia brasileira. Para tanto, a entidade tem acompanhado proposições afetas ao MP no Supremo Tribunal Federal (STF), Congresso Nacional, Conselho Nacional do MP (CNMP), Conselho

Nacional de Justiça (CNJ), e tribunais superiores. No Senado Federal, por exemplo, 52 novas medidas apresentadas até o momento relacionam-se à missão e organização do MP - na Câmara dos Deputados foram mais 123 novas iniciativas legislativas sobre o tema.

Frente ao volume de trabalho, a CONAMP priorizou as questões mais urgentes e

necessárias de acordo com o compromisso institucional de atuar pelo fortalecimento e engrandecimento do Ministério Público brasileiro. Poder investigatório, combate à corrupção, organização dos MP's dos Estados; segurança dos membros; e direitos dos aposentados foram algumas das grandes linhas de atividade da CONAMP.

Ações principais que a CONAMP acompanha



Investigação & combate à corrupção

No dia 14 de maio, o Ministério Público alcançou uma grande vitória: [o reconhecimento constitucional pelo STF do poder investigatório do MP](#). Desde a mobilização nacional pela rejeição da PEC 37, a CONAMP está empenhada na proteção desta prerrogativa essencial do MP. A entidade acompanhou a votação do Recurso Extraordinário (593727) de repercussão geral e manteve-se em contato com os ministros do Supremo pontuado a previsão da Carta Magna.

Ao assegurar a atuação de promotores e procuradores de Justiça, o STF fortaleceu também os instrumentos públicos de combate à corrupção. Este, aliás, é um tema em constante debate pela opinião pública e a CONAMP, harmonizada com os interesses da sociedade, [posicionou-se ao elencar](#)



[sugestões de medidas para o aperfeiçoamento do Estado contra à impunidade.](#)

Na elaboração do estudo foram coletadas manifestações de membros do MP de todo o país. Desse pacote anticorrupção, conforme decisão do Conselho Deliberativo, a CONAMP irá priorizar a atuação da Lei de Licitações e a adaptação da Lei de Improbidade Administrativa, assim como a busca pela instituição da ação civil de extinção de posse ou domínio.

[A CONAMP também considera necessário no combate](#)

[à impunidade a regulamentação da possibilidade de acordo da pena entre o réu e o membro do Ministério Público, gerando o cumprimento imediato da pena.](#) É o instituto da “plea bargaining” que tem o objetivo de agilizar os processos judiciais como maneira de fortalecer e aprimorar a Justiça brasileira.

Os textos formatados como propostas legislativas foram encaminhados ao Congresso Nacional.



Confira a entrevista sobre a elaboração do pacote anticorrupção da CONAMP:



sem medidas anticorrupção? O que há de especial no nosso trabalho é que ele foi construído com promotores e procuradores de Justiça de todos os Estados do Brasil

Sérgio Hiatt - O que há de especial no nosso trabalho é que ele foi construído com os promotores e procuradores de Justiça de todos os Estados do Brasil, para reunir as experiências e o conhecimento de quem trabalha no campo da investigação e da aplicação das leis de combate à corrupção.

CONAMP Informa - Quais medidas que podem ser aplicadas imediatamente? Qual?

Sérgio Hiatt - A maioria dos casos de improbidade administrativa são resolvidos no âmbito do Poder Judiciário. Mas, no âmbito do Ministério Público, há uma possibilidade de atuação imediata, que é a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

CONAMP Informa - De acordo com a legislação, que ações podem ser tomadas imediatamente para a aplicação das leis de combate à corrupção?

Sérgio Hiatt - A primeira medida que pode ser tomada imediatamente é a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

CONAMP Informa - O Poder Judiciário tem um papel importante na aplicação das leis de combate à corrupção. Como o Ministério Público pode atuar nesse sentido?

Questões institucionais

A pedido do CNMP, a CONAMP editou um estudo sobre a regulamentação da possibilidade de remoção por permuta entre membros de Ministérios Públicos estaduais distintos. A entidade é a favor do procedimento. O trabalho foi enviado ao conselheiro Cláudio Portela. A CONAMP aguarda as considerações e acompanha o trâmite da matéria no âmbito do Conselho.

Outra frente de luta é a aprovação da Proposta de

Emenda à Constituição (PEC) 555 de 2006, que dispõe sobre o fim da contribuição previdenciária de servidores públicos aposentados. A PEC irá atingir todos os aposentados e pensionistas do serviço público. [A CONAMP participou da edição de nota conjunta que explicita a importância da PEC 555 e tem articulado junto aos deputados pela aprovação da medida.](#)

A CONAMP também acompanha as proposições

sobre a capacidade eleitoral passiva dos membros do MP. Duas PEC's tratam do assunto: a 392/2014 e 82/2015. A primeira apenas fixa prazo de afastamento de candidato membro do MP - seis meses antes ao pleito, sem prejuízo dos direitos e vantagens. Já a segunda proposta dispõe do licenciamento, concessão de ajuda de custo, e retorno às atividades do MP. Há ainda o Projeto de Lei do Senado (PLS) 476/2015, que trata de matéria correlata.

PEC da Bengala

[O aumento da idade de aposentadoria compulsória para ministros do STF e tribunais superiores foi aprovado pelo Congresso Nacional](#). A CONAMP foi contra e agora acompanha o trâmite do projeto de regulamentação do aumento para os servidores públicos (PLS 274/2015).

Maioridade Penal

Discute-se na Câmara dos Deputados a possibilidade de alteração constitucional da maioria penal. [A CONAMP é contrária à modificação na Carta Magna, mas favorável à revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente.](#)

Audiência de Custódia

Os senadores estão elaborando a regulamentação nacional da audiência de custódia. [A CONAMP concorda com a iniciativa, no entanto, critica o prazo de 24h e opõe-se à determinação que cautelares restritivas de direitos sejam determinadas por delegados de polícia.](#)

PEC da Bengala

A modernização do sistema de segurança pública com a implementação do ciclo completo de polícia é uma das propostas que a CONAMP acompanha. [A entidade é a favor e tem atuado em conjunto com associações e sindicatos pela aprovação da matéria.](#)

Equiparação de subsídio

[A CONAMP também é contrária à PEC 443/2009, que fixa o teto dos subsídios das carreiras da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria dos Estados e Distrito Federal a 90,25% do que recebem os ministros Supremo Tribunal Federal.](#)

Eventos de 2015

6º Congresso Regional do MP

A CONAMP e a Associação Cearense do MP realizaram em março o 6º Congresso do Ministério Público da Região Nordeste. Com o tema “Um olhar para o futuro”, o evento promoveu o encontro de promotores e procuradores de todo o país em momento de reflexão institucional, integração e comemoração.



Próximos eventos



Perguntas ou comentários? Envie um e-mail para imprensa@conamp.org.br ou ligue para 61.3314-1356